

COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE - PROCempa
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 31 DE DEZEMBRO DE 2023 - Com o relatório dos auditores independentes

- continuação

ao Plano de Incentivo à Aposentadoria (PIA) ocorrida no exercício de 2022, e que totalizou R\$ 13.082 milhões.
Já o aumento de R\$ 3.096.132 milhões de Despesas com Depreciação e Amortização reflete a retomada de investimentos da Companhia em sua infraestrutura tecnológica, conforme prevê o Plano de Investimentos da Companhia. Durante o exercício foram investidos R\$ 8.774 milhões em novas licenças, R\$ 4.754 milhões em infovia, R\$ 1,6 milhão em instalações, e R\$ 11,460 milhões em equipamentos. Tais investimentos foram possíveis em virtude da decisão da AGO em destinar os lucros à sua disposição para investimentos, bem como em relação aos valores captados junto à CEF e BRDE.
No que diz respeito ao aumento de R\$ 1.182.932 milhão em despesas com software pela Companhia, deve-se, sobretudo, à aquisição de licenças para continuidade e manutenção de seus servidores e bancos de dados. Trata-se de renovações necessárias de licenças temporárias, necessárias para o funcionamento e sustentação dos sistemas da empresa.
Por fim, o aumento de R\$ 1.931.321 milhão em Provisões de processos judiciais decorre da análise técnica e jurídica dos processos judiciais em andamento pelo departamento jurídico, ao analisar o andamento e contexto atual destas ações.

26. Resultado Financeiro

Em comparação com o exercício de 2022, a variação do resultado financeiro foi resultado da apropriação e pagamento dos encargos financeiros dos empréstimos efetuados junto à CEF e BRDE, que totalizaram R\$ 934 mil. A redução da receita financeira do período é reflexo, sobretudo, pelo fato de o caixa da Companhia ter sido destinado ao pagamento do PIA (R\$ 8.806.325 milhões), desembolso em ações judiciais (R\$ 3.710.355), contratação de novos funcionários ingressantes do concurso público (total aproximado de R\$ 8.520 milhões), e realização de investimentos (aproximadamente R\$ 27 milhões). Desta forma, o tempo médio de permanência dos recursos em contas de aplicações financeiras foi reduzido, resultando em redução das receitas Financeiras em R\$ 891,351.
Porém, mesmo com este cenário, foi possível fazer uma gestão de caixa eficiente, em que as receitas financeiras superassem as despesas financeiras, proporcionando um resultado financeiro positivo. Este resultado financeiro somente foi possível através de uma gestão de fluxo de caixa, cujo objetivo foi manter um índice de cobertura de 60 dias sobre as despesas e custos fixos, principalmente como medida de salvaguarda contra eventuais atrasos por parte de seus clientes, permitindo, desta maneira, que as obrigações tributárias, com fornecedores, e empregadas sejam pagas sem incidência de juros.

Resultado Financeiro	2023	2022
Despesas financeiras	(947.675)	(328.729)
Receitas financeiras	2.560.268	3.451.619
Total	1.612.593	3.122.890

27. Outros resultados operacionais

Os outros resultados operacionais decorrem de transações em que não estão classificadas as operações decorrentes das atividades operacionais da Procempa. Trata-se de recuperação de custos operacionais (R\$ 875.399 mil), como ressarcimentos de funcionários cedidos, ressarcimentos de despesas médicas e odontológicas, e de outros custos diversos; recebimentos decorrentes de decisões judiciais (R\$ 17 mil), multas contratuais (29.800 mil) e alugueis (R\$ 15 mil); reversões de PECLD e AVP (R\$ 3.122 milhões); baixa de ativo imobilizado (4.011 milhões); constituição de perdas estimadas (R\$ 28 mil); constituição e baixas com PECLD e AVP (R\$ 2.583 milhões); e custos com Projeto Pescar (R\$ 88 mil).

Outros Resultados Operacionais	2023	2022
Ressarcimentos diversos	3.899.954	2.310.966
Recuperação de custos e demais ressarcimentos	875.399	1.903.550
Outras despesas operacionais	(6.710.066)	(493.183)
Total	(1.934.713)	3.721.333

28. Tributos correntes

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) é apurado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 mil, e para o cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), aplica-se a alíquota de 9% sobre o lucro tributável, considerando-se também a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Reconciliação do IRPJ e da CSLL	2023	2022
(a) Resultado antes dos tributos sobre o lucro	4.130.756	6.976.520
(b) Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34% Ajustes do Lucro Líquido e deduções	(1.404.457)	(2.372.017)

Despesas não dedutíveis	(29.991)	(31.382)
Diferenças temporárias líquidas não reconhecidas anteriormente	1.383.914	383.324
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa CSLL	15.564	606.023
Redução da base de cálculo	10.000	24.000
(c) Total Ajustes do Lucro Líquido e deduções	1.379.487	981.964
Total IRPJ e CSLL (b + c)	(24.970)	(1.390.053)

29.1. Realização dos Tributos Diferidos

Com base na projeção orçamentária dos próximos exercícios, bem como nas estimativas de realização das provisões para contingências cíveis e trabalhistas, PECLD, AVP, perdas estimadas de ativos, e na expectativa do recebimento dos processos judiciais envolvendo ex-gestores, a previsão de realização dos tributos diferidos ativos e passivos para os próximos 10 anos consta abaixo:

Realização tributos diferidos ativo	2024	2025	2026	2027	2028	+ 5 anos	Total
IRPJ Diferido	326.875	342.063	358.769	377.146	419.596	1.095.307	2.919.756
CSLL Diferida	117.675	123.142	129.157	135.772	151.055	393.404	1.050.205
Total	444.550	465.205	487.926	512.918	570.651	1.488.711	3.969.961

Realização tributos diferidos passivo	2024	2025	2026	2027	2028	+ 5 anos	Total
IRPJ Diferido	20.085	20.710	21.311	21.961	21.961	144.096	250.124
CSLL Diferida	7.231	7.456	7.671	7.906	7.906	51.874	90.044
Total	27.316	28.166	28.982	29.867	29.867	195.970	340.168

30. Instrumentos financeiros

Em relação à NBC TG 48, com aplicação a partir de janeiro de 2018 na Companhia, os seguintes itens patrimoniais estão abrangidos pela norma: Caixa e equivalentes de caixa, créditos a receber de clientes; e contas a pagar ou fornecedores, receitas antecipadas e previdência complementar a pagar.
Não houve alteração no tratamento contábil a qualquer dos itens mencionados, conforme detalhado a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa: são valores que transitam entre as contas correntes da Companhia e aplicações em fundos de investimento de baixo risco e com liquidez imediata. Estas aplicações ocorrem pela aquisição de cotas, as quais são valoradas diariamente pelo método de marcação a mercado atrelado a carteira de ativos dos fundos, descontando os custos operacionais ligados à administração e gestão destes instrumentos. Nos resgates incide imposto de renda sobre os rendimentos e, para resgate de recursos com menos de 30 dias de aplicação, incide também IOF.

b) Créditos a receber de clientes: não possuem componente de financiamento embutidos em seu valor, uma vez que representam o valor acordado entre as partes em bases contratuais, com vencimento médio de trinta dias, não sendo aplicável também o cálculo de ajuste a valor presente. Nos termos da NBC TG 48, o modelo de negócio referente a este ativo tem como objetivo a manutenção de ativos para receber fluxos de caixa contratuais sendo, portanto, reconhecidos pelo custo amortizado.

c) Contas a pagar ou fornecedores: em regra, a PROCempa não possui passivo oneroso. Os valores de fornecedores e contas a pagar não possuem componente de financiamento, uma vez que representam o valor acordado entre as partes, com vencimento no curto prazo, não sendo aplicável também o cálculo de ajuste a valor presente. O objetivo comercial do passivo é o financiamento das atividades operacionais, mantido até o vencimento. E reconhecido pelo custo amortizado, não se alterando a forma anterior de reconhecimento.

d) Receitas Antecipadas: referem-se a receitas pagas antecipadamente cuja obrigação contratual será realizada no decorrer do exercício de 2024. Não possuem componente de

29. Tributos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas de provisões para contingências judiciais e prejuízos fiscais apurados em exercícios anteriores.
A recuperabilidade do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada ao final de cada exercício ou quando não for provável a disponibilidade de lucros tributáveis futuros para a recuperação de todo o ativo ou parte dele.
De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, a constituição dos tributos diferidos deve ser realizada de acordo com a expectativa da Companhia em relação a lucros nos exercícios seguintes, conforme plano de orçamento formalmente aprovado pelos órgãos de Administração.
É importante ressaltar que, devido à continuidade da política de renovação de contratos com a Administração Pública do Município de Porto Alegre, melhor gestão dos recursos operacionais, econômicos e financeiros da Companhia, foi possível elaborar o planejamento orçamentário dos exercícios seguintes com maior segurança e acuracidade, evidenciando expectativa de lucros para os próximos exercícios.
Desta forma, o Conselho de Administração aprovou o Planejamento Orçamentário da Companhia, o que permitiu que fosse constituída a contabilização dos tributos diferidos bem como a expectativa de realização destes tributos nos próximos exercícios.
Foram constituídas perdas estimadas ao valor recuperável para valores que estavam registrados no grupo de Investimentos da Procempa, cuja expectativa de benefícios econômicos futuros não foi confirmada. Desta forma, a Companhia constituiu, em virtude das diferenças tributárias temporais, IRPJ e CSLL diferidos no ativo, cuja expectativa de realização será no exercício financeiro de 2023. Foi reconhecido o valor a receber de R\$ 1.000.495, em virtude de decisão judicial contra ex-gestor da Procempa. Esta decisão judicial é decorrente de Ações de Execução de Títulos Executivos emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul contra antigos administradores da Companhia, referentes aos exercícios de 2011 e 2012. Por tratar-se de um valor cujo recebimento ocorrerá ao menos ao longo dos próximos 10 anos, foram constituídos IRPJ e CSLL diferidos passivos. Tais valores, em virtude das diferenças temporais tributárias, serão realizados na medida em que a Companhia receber os recursos financeiros estipulados na decisão judicial. A composição dos valores a receber dos antigos administradores, bem como dos demais processos judiciais em que a Procempa figura como parte ou interessada consta na Nota 31 - Processos Judiciais contra ex-gestores.
Durante o exercício de 2023, também foram reconhecidos valores para Perda Estimada ao Valor Recuperável de Ativos (R\$ 112.809), PECLD - Partes Relacionadas (R\$ 178.489) e AVP - Ajuste a Valor Presente de Contas a Receber (R\$ 24.845). Estes valores, por representarem diferenças tributárias temporais, em que o efetivo recebimento financeiro ocorrerá no futuro, foram objeto de reconhecimento de tributos diferidos ativos.
A composição dos tributos diferidos do ativo e do passivo, classificados respectivamente no ativo e passivo não circulante da Companhia, constam abaixo:

Composição do IRPJ diferido passivo	2023	2022
Diferenças Temporárias	(1.000.495)	(1.000.495)
Dedutíveis - Processos Judiciais		
IRPJ diferido ativo - 25%	(250.124)	(250.124)

Composição do CSLL diferido passivo	2023	2022
Diferenças Temporárias	(1.000.495)	(1.000.495)
Dedutíveis - Processos Judiciais		
CSLL diferido ativo - 9%	(90.044)	(90.044)
Total Tributos Diferidos Passivos	(340.168)	(340.168)

Composição do IRPJ diferido ativo	2023	2022
Prejuízo Fiscal - Prejuízo Fiscal	3.497.352	3.541.940
Diferenças Temporárias	7.865.525	8.748.741
Dedutíveis - Provisões		
Constituição Perda Estimada ao Valor Recuperável de Ativos	112.809	84.755
Constituição PECLD - Partes Relacionadas	178.489	-
Constituição Ajuste a Valor Presente de Contas a Receber	24.845	-
IRPJ diferido ativo - 25%	2.919.756	3.093.859

Bases e Saldo da CSLL diferida ativa	2023	2022
Prejuízo Fiscal - Base de Cálculo Negativa da CSLL	3.487.285	3.531.873
Diferenças Temporárias	7.865.525	8.748.741
Dedutíveis - Provisões Cíveis e Trabalhistas		
Constituição Perda Estimada ao Valor Recuperável de Ativos	112.809	84.755
Constituição PECLD - Partes Relacionadas	178.489	-
Constituição Ajuste a Valor Presente de Contas a Receber	24.845	-
CSLL diferida ativo - 9%	1.050.205	1.112.883
Total Tributos Diferidos Ativos	3.969.961	4.206.742

financiamento embutidos em seu valor, uma vez que representam o valor acordado entre as partes em bases contratuais, não sendo aplicável também o cálculo de ajuste a valor presente.
e) Previdéncia complementar a pagar: clientes: referem-se a valores que a Companhia deve pagar em virtude de equacionamento do déficit atuarial do plano de previdéncia complementar aos funcionários. Não possuem componente de financiamento embutidos em seu valor, uma vez que representam o valor acordado entre as partes em bases contratuais, com vencimento médio de trinta dias, não sendo aplicável também o cálculo de ajuste a valor presente.
De acordo com a NBC TG 48, os instrumentos financeiros podem ser mensurados pelo custo amortizado (CA), pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Ativos financeiros	Custo amortizado	Valor Justo	VJORA
Caixa e equivalentes de caixa	21.142.864	-	-
Contas a receber de clientes	13.057.887	-	-
Empréstimos e financiamentos	11.183.576	-	-
Fornecedores	4.510.509	-	-
Previdéncia complementar a pagar	2.500.995	-	-
Receitas antecipadas	399.986	-	-
Total em 31 de dezembro de 2023	52.795.817	-	-

31. Processos Judiciais contra ex-gestores.

A Companhia é parte ou interessada em 17 (dezessete) processos judiciais em andamento contra antigos administradores da Companhia decorrentes de Ações de Improbidade Administrativa, e

de Execução de Títulos Executivos emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE/RS) (irregularidades cometidas nas gestões dos exercícios de 2011 e 2012 - certidões 838/2017 e 180/2018).
De acordo com as decisões do TCE/RS, os dois títulos executivos são atualizados até o seu efetivo pagamento pelo IGP-M, acrescido de juros de mora de 12% ao ano. O valor atualizado, em 31/12/2023, dos títulos executivos oriundos do TCE/RS é de R\$ 52.122.828 milhões. O reconhecimento contábil dos títulos executivos é realizado dentro da perspectiva do efetivo recebimento, conforme dispõem o Pronunciamento Técnico Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro e Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.
Embora a Resolução TCE-RS nº 1.039/2015 determine a contabilização integral dos valores decorrentes de decisões que imputam débito ou multa, e levando em consideração que a decisão judicial determinou o desconto de 30% (trinta por cento) da remuneração do ex-gestor para pagamento à Procempa, a estimativa de recebimento total que resultaria em benefícios econômicos à empresa é de R\$ 1.262.781 dos quais já foram recebidos R\$ 262.286, até 31/12/2023, resultando em um valor líquido a receber de R\$ 1.000.495.
Desta forma, após análise sobre a real expectativa de ingresso de benefícios econômicos para a Companhia, levando em consideração os valores constantes dos títulos executivos, bem como a estimativa dos valores a receber, a administração da Companhia decidiu pelo registro a receber de R\$ 1.000.495.
Abaixo segue o fluxo da estimativa de recebimento dos valores:

Estimativa de recebimento de ex-gestores	Até 2022	2023	2024	2025	2026	+ 5 anos	Total
Descrição							
A receber	355.658	-	98.504	205.961	107.638	495.020	1.262.781
Recebido	262.286	-	-	-	-	-	262.286
Saldo a receber	93.372	-	98.504	205.961	107.638	495.020	1.000.495

32. Transações com Partes Relacionadas

No curso de suas atividades, a Companhia possui transações relevantes com partes relacionadas.
As transações com partes relacionadas foram realizadas pela Companhia em termos equivalentes aos que prevalecem em transações de mercado, observando o preço e as condições usuais do mercado, portanto, essas transações estão em condições que não são menos favoráveis para a empresa do que aquelas negociadas com terceiros. A operação excepcional, conforme demonstrado na Nota Explicativa 13.4. Ativo de Direito de Uso, em que a Companhia, através de Termo de Permissão de Uso, com prazo de 10 anos, alterou sua sede para o Centro Administrativo Municipal, cedendo sua antiga sede administrativa para uso da Secretaria Municipal da Segurança.
A Companhia possui Políticas de Transações com Partes Relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração. O documento encontra-se disponível em: https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/sites/procempa/Politica%20de%20Transaco%20entre%20Partes%20Relacionadas%20final2011.pdf. Como informação adicional relevante, em relação ao faturamento de 2023, conforme evidenciado na Nota 24.1. Conciliação da Receita Bruta, a Procempa obteve o total de Receita Bruta de R\$ 137.368.601. Deste valor, foram faturados para partes relacionadas o montante de R\$ 111.893.142, conforme demonstrado abaixo:

Faturamento Partes Relacionadas	Faturamento	em %
Prefeitura Municipal de Porto Alegre - PMPA	108.527.357	79,00%
Depto Municipal de Água e Esgoto - DMAE	1.070.873	0,78%
Departamento Municipal de Habitação - DEMHAB	1.329.681	0,97%
Departamento Municipal de Limpeza Urbana - DMLU	965.231	0,70%
Total Faturado Partes Relacionadas	111.893.142	81,45%

Outros Clientes	25.475.459	22,77%
Faturamento Total em 2023	137.368.601	100,00%

Porto Alegre, março de 2023.

Leticia Balen Zereu Batistela - Diretora Presidente
Débora Roesler - Diretora Técnica
André Wink Guaragna - Diretor Administrativo
Lisandro Zwiernik - Gerente Administrativo Financeiro
Valério A. Ulquim de Oliveira - Contador CRC-RS 093154/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Quotistas da Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre - Procempa
Porto Alegre - RS
Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre - Procempa ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre - Procempa, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para Opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Contábeis
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela administração são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.
Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas

evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
• Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 26 de março de 2023.

Crowe Consult Auditores Independentes - CRC PR002906/O-5
João Henrique Sperling Lubisco - Contador - CRC-RS067.188/O
Paulo Sergio da Silva - Contador - CRC 029.121/O-0-S-RS

PARECER DO CONSELHO FISCAL ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2023

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre - PROCempa, CNPJ 89.398.473/0001-00, examinamos o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado de Exercício, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, as Notas Explicativas, o Relatório de Administração e o Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis (28325743), relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.
Considerando as atividades de fiscalização exercidas sobre os atos dos administradores e a verificação do cumprimento dos seus deveres legais e estatutários por meio de deliberações deste Colegiado e o parecer da auditoria externa emitido pela Crowe Consult Auditores Independentes, datado de 26 de março de 2023, somos de opinião de que os referidos demonstrativos apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, econômica e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e estão em condições de aprovação pelos Senhores Acionistas.

Porto Alegre, 16 de abril de 2024.

Rodrigo Sartori Fantinel - CPF xxx.992.530-xx
Germano Bremm - CPF xxx.605.290-xx
Jonas Martins Machado - CPF xxx.208.840-xx
José Paulo da Rosa - CPF xxx.200.340-xx
Ricardo Gomes - CPF xxx.715.01